



QUESTÕES PROPOSITIVAS PARA UMA ALTERNATIVA PEDAGÓGICA AGROECOLÓGICA E O PAPEL FEMININO NO CAMPO

MANOEL VALQUER OLIVEIRA MELO; ORIOWALDO QUEDA

RESUMO

O presente trabalho objetiva discutir acerca dos princípios da Agroecologia como instrumento pedagógico para a Educação do Campo nas regiões do Agreste e Leste de Alagoas. O estudo teve como meta estabelecer uma reflexão que possibilite a decolonialidade de um saber educativo que correlacione ao modelo urbano-centrado da Escola do Campo no Brasil. A análise partiu de um relato de experiência com um grupo de egressos do Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO, da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. Em face da necessidade de descolonizar a educação hegemônica, faz-se necessário reconhecer que a formação de professores apresentou-se como modalidade educacional inovadora para as regiões de Alagoas. Pontuam-se que a modalidade educacional deve ser abordada, *a priori*, como fruto da bandeira de luta pelo direito à terra dos movimentos socioterritoriais. Acreditam-se cada vez mais na necessidade em se fazer uma reflexão sobre o papel da ação educativa na transformação social dos indivíduos, principalmente, daqueles que não se enquadram no compromisso social do Estado. Nessa realidade, a carência do sistema de alfabetização na escola tradicional é fator excludente, especificamente, quando se preza pelo domínio da escrita e da aplicabilidade de práticas educativas imediatistas voltadas para uma escolarização etnocêntrica e apostilada. Ao contrário dessa homogeneização do sistema escolar hegemônico, a discussão da Educação do Campo perpassa por um quadro de resistência das práticas pedagógicas vigentes. A questão educativa é acrescida pelos nexos históricos da mobilização social dos movimentos socioterritoriais que engendraram a possibilidade da constituição de outro projeto de campo. Com efeito, a modalidade educacional dos assentamentos e acampamentos rurais espalhou-se para além da atuação geográfica dos movimentos socioterritoriais. Desse modo, concebem-se nos espaços pedagógicos as contradições históricas que prescindem da superação dos conhecimentos unívocos no contexto das classes sociais do campo. Tomando-se como base a perspectiva do conhecimento sistêmico, conclui-se, que o desafio é superar a subalternidade do conhecimento de um ponto de vista da decolonialidade do saber/fazer hegemônico. Posto que a Escola do Campo deva traduzir as suas epistemologias, primando-se pelo modo dialógico, com a centralidade do princípio do Trabalho, da Educação Ambiental e da Agroecologia.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação Formal; Escola do Campo; Mulher Rural.

1 INTRODUÇÃO

Salientamos que a educação centrada na cidade tem sido explicitada por meio de equívocos, principalmente no que se refere à sistematização do conteúdo escolar para as escolas do campo. Nesse debate, ao romper com o paradigma vigente do sistema de ensino, a modalidade da Educação do Campo não deve deslegitimar a Educação Urbana, mesmo porque não pode ser pensada sem compreender sua indissociabilidade e sua hegemonia. Evidentemente que não devemos privilegiar uma modalidade em detrimento de outra, visto que a apropriação do conhecimento acumulado pela humanidade durante a formação educacional não deve ser burocratizada pelo saber dualista, além disso, é necessária a adoção de práticas pedagógicas mais abrangentes do ponto de vista da cultura dos envolvidos.

Fazemos, aqui, questão de refletir sobre o que a escola tem propiciado para a juventude do campo na região Agreste e Leste de Alagoas. Apontamos, com isso, que a tradição interposta pelo sistema de ensino da educação escolar do campo se reproduz a partir da colonialidade de um saber de cunho urbanocêntrico, que tem percorrido a tendência do apelo estético ao modo de vida urbano. A consequência prática desta narrativa deve ser observada como parte da estratégia da Educação Formal, pois corrobora historicamente com o processo de migração forçada e o desenraizamento social da juventude rural.

No plano educacional, um problema crucial é a assimetria ideológica que reproduz a predominância urbana em relação à Educação Escolar do Campo. Esta assimetria resulta do fato de que o percurso histórico da modernização agrícola no campo não acompanhou de forma equânime o modelo educacional posto. Assim, pode-se deduzir que tal modernização reside em preconceitos que enfatizam o domínio do conhecimento urbano-centrado que subalterniza as populações rurais, conforme aponta (WHITAKER, 2002).

Mediante as aspirações teóricas e políticas que tratam da sistematização do ensino para a Escola do Campo, quando partimos do discurso normativo, faz-se necessário uma reflexão sobre o modo cindido que separa o conhecimento do rural-urbano no modelo de escolarização para o campo. Vale destacar, sob o ponto de vista sociopolítico, a modalidade inovadora da Educação do Campo como uma concepção contra-hegemônica vinculada a um novo projeto de campo. Nessa abordagem, cabe, particularmente, compreender como opera o sistema hegemônico, tal como apregoa (GRAMSCI, 1999).

Por fim, ao analisar e descrever a Educação do Campo, propõem-se os princípios da Agroecologia como instrumentos efetivos da decolonialidade do saber frente à descontextualização da Educação urbano-centrada ofertada na Escola do Campo. Deduz-se que os princípios da Agroecologia como alternativa pedagógica decolonial é uma realidade que poderá fazer uma recontextualização do currículo no sistema escolar do campo. No entanto, de modo concreto, não se concebe nesse contexto uma educação emancipadora sem a superação da razão dualista do conhecimento.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo é um recorte da tese de doutorado do primeiro autor, defendida em 2019 no âmbito da Universidade de Araraquara - UNIARA, intitulada "Cartografias Sociais da Educação do Campo: uma análise sobre a decolonialidade do saber no Agreste de Alagoas". O objetivo central da tese foi discutir o sistema educativo da Escola do Campo, que se reproduz dentro de uma base ideológica positivista, onde o ensino é descolado do modo de vida dos sujeitos e é endossado dentro de uma lógica dicotômica do saber, que não tem atendido aos interesses dos filhos e filhas de famílias do campo. É importante registrar que, preliminarmente, os objetivos específicos principais dessa tese pretendeu destacar alternativas que visavam a decolonialidade do saber, diante das exigências de outras epistemologias para

pensar a Escola do Campo. Por outro lado, a prática da modalidade educacional torna-se convergente na articulação entre a Escola e a Família para a transição das bases produtivas de uma Agricultura Tradicional, intensiva, para uma Agricultura Agroecológica, de produção extensiva e de base sustentável. Para este estudo, optamos por uma abordagem metodológica de estudo de caso, com viés descritivo-exploratório, mediado por relatos de experiências com 19 licenciados participantes do Procampo/Uneal. O critério da amostragem foi aleatória, inicialmente, 60 egressos oriundos do programa haviam sido convidados, mas tivemos que considerar à disposição dos participantes. Durante o trabalho de campo em 7 municípios alagoanos, utilizamos a aplicação de um questionário com perguntas fechadas com o objetivo de traçar um perfil dos dialogantes, a estrutura das perguntas versaram sobre: sexo; residência; origem; trabalho no meio rural, tempo de magistério, entre outros. Em seguida, realizamos entrevistas semiestruturadas buscando reflexões sobre a formação superior. E mediante a cosmovisão dos sujeitos participantes, amparando-nos na memória biocultural sobre o território, a cotidianidade, o *ethos* rural e a trajetória de vida dos participantes, com base em Toledo e Barrera-Bassols (2015). Além dessa interação, capturamos registros imagéticos como forma de auxiliar na contextualização da pesquisa. Os dados apresentados foram predominantemente de caráter qualitativo, mas incluem elementos quantitativos. É importante destacar que a pesquisa foi realizada com uma amostra específica de licenciados do Procampo/Uneal, o que limita a generalização dos resultados para outras realidades. De acordo com os testemunhos coletados, é possível apontar os principais marcos de uma política educacional do campo que precisa ser ressignificada na educação alagoana e brasileira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo a estratégia de analisar os dialogantes como herdeiros das cartografias sociais da Educação do Campo na região do Agreste e Leste Alagoano, quando incorporamos a variável qualitativa em relação ao sexo, a amostragem é convergente do ponto de vista da participação do papel da mulher como educadora da escola do campo, corroborando com a ideia de uma abordagem que trata acerca de uma visão feminina sobre a Educação do Campo no território. Abaixo segue o grupo de dialogantes de acordo com o sexo, neste caso, não estamos nos referindo à condição sociológica de construção social do gênero dos indivíduos analisados, a saber:

Quadro 1 - Dialogante de acordo com o sexo

Feminino	Masculino	Outro
13	6	-

Fonte: Elaborada pelo próprio autor (2019).

Do ponto de vista sociológico, sabemos da existência de pontos discordantes, quando se pensa neste enquadramento político institucional, no que tange a questão fugidia em relação ao gênero social. Entretanto, os momentos da autoidentificação dos sujeitos se tornam importantes para saber como eles e elas se percebem no mundo. A classificação dos papéis dos gêneros homem e mulher, de acordo com o sexo, extrapolam-se na trama das relações sociais, pois envolvem a identidade e a diferença e também expressam as desigualdades do papel de cada um na sociedade, aqui nos referimos ao espaço rural nordestino, um ambiente altamente machista e sexista que afeta, principalmente, as mulheres e meninas do campo. É

indispensável afirmar quanto é importante o papel da professora na manutenção da escola primária no campo. Abaixo, apontamos a conexão intrínseca do espaço rural com os sujeitos da pesquisa, o qual é composto em sua maioria de professores oriundo do campo e que ministram suas aulas no respectivo espaço de origem.

Quadro 2 - Local de origem do dialogante

Zona Rural	Zona Urbana
17	2

Fonte: Elaborada pelo próprio autor (2019).

Pela materialidade da Educação do Campo, a modalidade não está na pauta da Educação Formal hegemônica. Desse modo, admitimos ser necessário ajustar o processo teórico-prático em consonância com as ações que vêm a ser desenvolvidas no âmbito das organizações sociais do campo e os movimentos socioterritoriais, uma educação sustentável com base em outras vertentes do conhecimento.

Se compreendermos a Educação do Campo como modalidade de contraposição ao conhecimento hegemônico é possível romper com os grilhões da monocultura do saber. Que se assemelha ao poder das oligarquias de base agrária no território estudado, com a monocultura da cana-de-açúcar e o uso indiscriminado de agrotóxicos que compromete o ecossistema local.

Em contraposição ao método extrativista, baseado no grande latifúndio, a Educação do Campo, em Alagoas, deve ser pensada a partir de princípios ambientais. De modo simplificado, Agroecologia é tida como um campo do conhecimento de natureza multidisciplinar, cujos ensinamentos perpassam em fomentar a agricultura de base ecológica, e o desenvolvimento rural sustentável numa perspectiva multidimensional, como descreve Santos (2017). Como já foi expresso anteriormente, parte de nossa análise cartográfica, indubitavelmente, aparece às mulheres do campo, com seus matizes, interferindo profundamente no território rural estudado. Disso decorre que a territorialização da Agroecologia, tem como nexos fundamentais:

A iniciativa das mulheres, a criatividade e a energia da juventude podem ser fatores-chave. Há muitos processos liderados por mulheres, e até mesmo nos casos que apenas os homens aparecem, são as mulheres, dentro da unidade familiar, que promovem a transformação agroecológica, muitas vezes motivadas pelas preocupações de saúde dos agrotóxicos e por um desejo de comida saudável (ROSSET, 2017, p. 121).

A transição do conhecimento do território rural a partir da educação em Agroecologia, tangencialmente, terá que se contrastar contra a ideologia do Agronegócio e da Agricultura Convencional, e sua ideia subjacente vinculada ao escamoteamento do desenvolvimento do meio rural. Por seu turno, sabemos que tais atividades impactam negativamente como dano ambiental, trazendo consequências irreversíveis para a sustentabilidade do território rural. A problemática se traduz, a saber, com a inviabilidade de uma agricultura diversificada, o desaparecimento de espécies nativas da fauna e flora, poluição do ar e das águas dos rios, fenômenos causados pelo uso intensivo de agrotóxicos e a artificialização do ambiente natural, entre outros. Contrapondo-se a essa realidade social, equivale dizer que:

A agroecologia implica axiomáticamente a agrobiodiversidade, ou seja, a presença de diversidades de espécies e animais. Portanto, as monoculturas do agronegócio, da agricultura industrial do sistema financeiro, são a antítese da agroecologia. Um ecossistema natural **sempre** é integrado por espécies vegetais e animais. É essa associação de espécies que assegura a base ecológica da produção limpa, da produção sem veneno, porque atua sobre as causas que determinam a presença de predadores. A multiplicidade de espécies refere-se a um ecossistema sempre capaz de sustentar uma produção em escala (MACHADO & MACHADO FILHO, 2014, p. 157, grifo do autor).

Dessa forma, o projeto de formação sob o vértice da flexibilidade do saber agroecológico deve fazer parte da intervenção da Educação Escolar do Campo, e de modo precípua pode mitigar de forma responsável a gestão do uso, manejo e da conservação dos recursos naturais do território rural. Nesse sentido, a alternativa propositiva de uma educação com base nos princípios da Agroecologia, deve ser vista como uma proposta de superação ao dualismo socioespacial e da hierarquia sob o conhecimento empregado na Educação Formal das escolas do campo.

4 CONCLUSÃO

A relevância de propor uma pedagogia decolonial, com base nos princípios da Agroecologia busca uma ruptura com as limitações da Educação Formal no campo. É importante reafirmar, a colonialidade é o pano de fundo do padrão mundial do poder capitalista, Quijano (2010). Ao reconhecer que existe uma necessidade de oposição para com essa ordem de reprodução, pode-se priorizar e validar a memória biocultural para o uso e conservação sustentável da biodiversidade no meio rural. Desse modo, os saberes populares e tradicionais devem ser vistos como embriões que não devem ser descartados do princípio educativo.

A educação com base no arcabouço pedagógico da Agroecologia, usualmente, tem demonstrado estratégias de aprendizagem para auxiliar as comunidades rurais no uso sustentável dos recursos naturais, bem como na possibilidade da transição para outro modelo produtivo para a agricultura. Educar com foco nos princípios agroecológicos é educar para um outro mundo possível.

Como a Educação Ambiental adota um compromisso com as demandas e recursos para as gerações futuras, é imprescindível que no bojo do processo educacional, os conhecimentos transmitidos busquem alternativas para preservar e promover o patrimônio biocultural trazidos pelos pais, avós e a comunidade. Por isso, a abordagem em Agroecologia, por seu turno, possibilita que o sujeito social seja capaz de se reconhecer dentro do processo educativo na condição de sujeito histórico, e, sobretudo, intervir nele, de forma resiliente.

Conclui-se que educar pelo viés da Agroecologia, desde a infância, pode contribuir na valorização dos conhecimentos tradicionais e da memória biocultural. Está demonstrado como fator determinante dessa educação propositiva, o protagonismo feminino da mulher rural na busca pela soberania alimentar, bem como por mais cidadania no campo por intermédio da Educação Formal e não formal.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 1**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da Agroecologia** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

ROSSET, P. A territorialização da Agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo. In: RIBEIRO, D. S. et al. (Orgs.). **Agroecologia na Educação Básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SANTOS, J. D. dos. A Agroecologia em nossas vidas – reflexões e algumas rotas, em busca de um equilíbrio em tempo de crise. In: RIBEIRO, D. S. et al. (Orgs.). **Agroecologia na Educação Básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória Biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. 1. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2015.

WHITAKER, D. C. A., et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Sociologia Rural Questões Metodológicas Emergentes**. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.